

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1643 | 23 A 28 DE NOVEMBRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



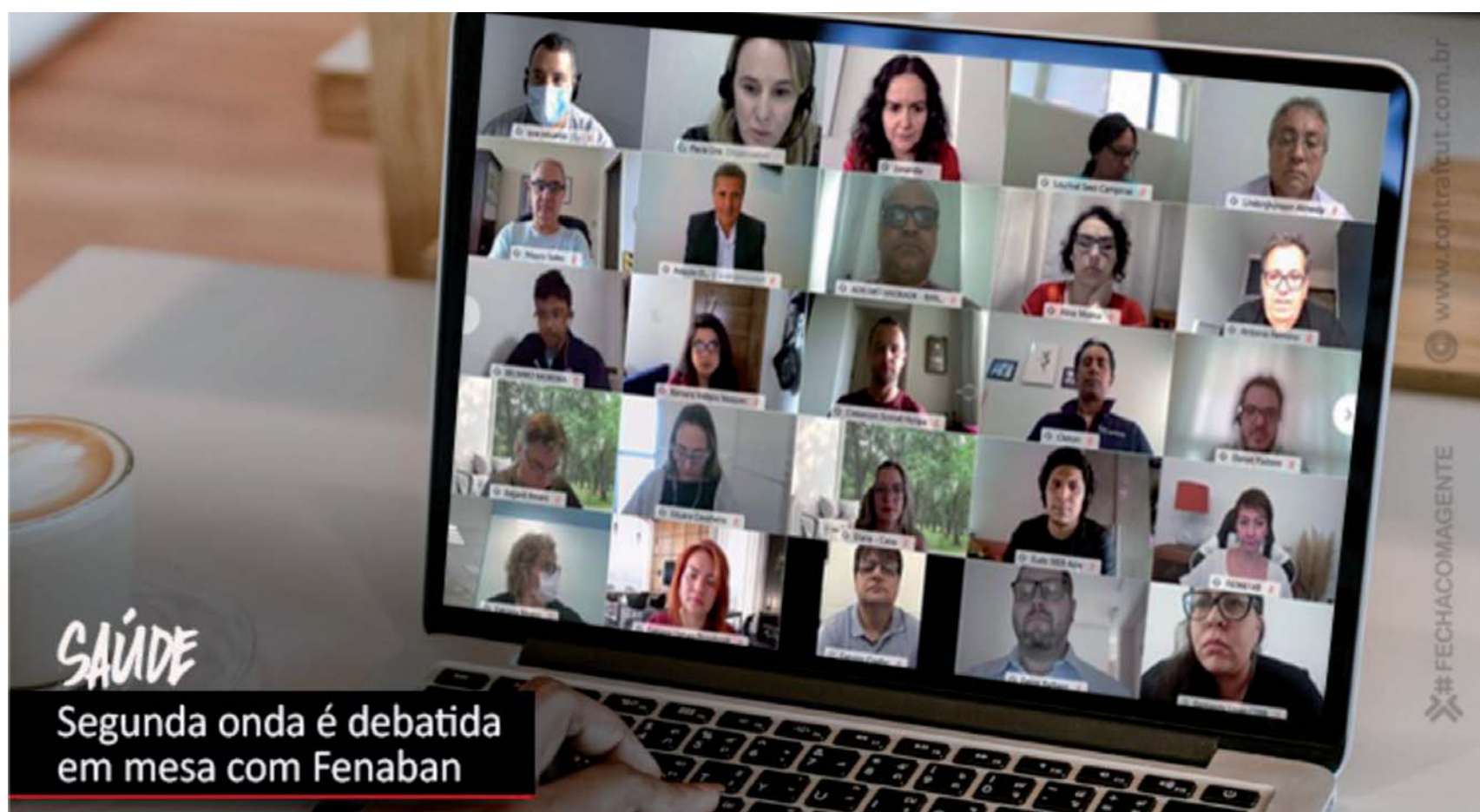
seebce



85 99129 5101

A PANDEMIA NÃO ACABOU!

BANCÁRIOS ALERTAM PARA CUIDADOS CONTRA O CORONAVÍRUS



Segunda onda é debatida
em mesa com Fenaban

Em reunião realizada na última sexta-feira, 20/11, os bancários alertaram para a necessidade de se suspender a volta do teletrabalho e de intensificar os cuidados contra a Covid-19 **(pág. 3)**

COE Itaú debate com o banco teletrabalho e registro de ponto **(pág. 5)**

Eleições da Camed vão até o dia 4/12. Sindicato apoia a Chapa 2 **(pág. 7)**

A LUTA CONTRA O RACISMO TEM DE SER TODOS OS DIAS!

O dia 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra. A data faz memória à Zumbi, líder do Quilombo de Palmares, morto neste dia, no ano de 1695 e é um momento para se ressaltar a importância da cultura e do povo negro na formação da cultura nacional. Zumbi morreu em combate, defendendo seu povo. Por isso, consideramos ele e sua luta como símbolo da consciência negra. Da consciência que o povo negro precisa lutar contra o racismo, contra o preconceito para conseguir usufruir dos seus direitos.

Infelizmente, o Dia Nacional de Consciência Negra deste ano foi marcado por um episódio absurdo. Na véspera, dia 19/11, um homem negro foi morto dentro de uma unidade do supermercado Carrefour, em Porto Alegre. Ele foi espancado até a morte por dois homens brancos, um deles policial, que faziam a segurança do local. A cena bárbara foi filmada pelas pessoas que gritavam, em vão, para que os dois seguranças não matassem o homem. As hashtags #VidasNegrasImportam e #CadaDiaUmGeorgeFloydNoBrasil tomaram as redes sociais em protesto.

O mais revoltante é que esse não é um fato isolado. A população negra é alvo constante da violência. Dados do Atlas da Violência 2020 apontam que a forte concentração dos índices de violência letal na população negra é uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil. Produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o estudo mostra que os jovens negros são as principais vítimas de homicídios no país e que as taxas de mortes de negros apresentam crescimento acentuado ao longo dos anos. Entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%. Trata-se de um verdadeiro genocídio contra o povo negro.

Mas, não podemos deixar de lembrar que o racismo no Brasil é estrutural, está presente em toda a nossa estrutura social. E, assim como ocorre no quesito violência, quando falamos sobre mercado de trabalho o negro também sofre discriminação. Basta olhar para o lado e se perguntar: quantos negros trabalham aqui comigo? Aos negros e negras são destinados os cargos de menor importância e salários e são ceifadas todas as possibilidades de ascensão profissional.

Em 2019, o salário médio de trabalhadores negros foi 45% menor do que o dos brancos, de acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. E não importa o grau de escolaridade, mesmo negros com curso superior ganham menos que os brancos. De acordo com uma pesquisa do Instituto Locomotiva, o salário médio de homens não negros com ensino superior em 2019 ficou em R\$ 7.033,00, enquanto o dos negros ficou em R\$ 4.834,00, uma diferença de 31% a menos.

Diante de tudo isso, enfrentar o racismo não pode ser uma luta somente da população negra. Tem que ser uma luta de todos, pois só assim vamos mudar a sociedade. E para isso, temos que mudar as estruturas, alterar a ideia sobre racismo e só assim construiremos uma sociedade igualitária, em que todos sejam respeitados sem que levem em consideração a cor da pele. Estamos nessa luta com você.



Carlos Eduardo,
presidente do
Sindicato dos Bancários
do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Secretário de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

MESA DISCUTE MAIS CUIDADOS PARA ENFRENTAR SEGUNDA ONDA DA COVID 19

Representantes do Comando Nacional dos Bancários e da Federação Nacional dos Bancários (Fenaban) se reuniram na sexta-feira (20/11) na Mesa Covid 19 para discutir novas medidas de segurança para uma eventual segunda onda de contágio da doença.

O Comando cobrou que bancários não retornem ao trabalho presencial agora, por conta da segunda onda. Os representantes da Fenaban disseram que vão orientar os bancos para suspenderem o retorno dos que estejam em teletrabalho. A mesa também concluiu que é necessário campanhas para reforçar os cuidados para evitar o contágio, como o uso de máscaras nos locais de trabalho.

“Tínhamos a preocupação nessa reunião de reverter algumas tendências como o retorno gradual de quem estava em teletrabalho para as agências e departamentos. Outro alerta é que alguns bancos já acenavam com o retorno de quem estivesse trabalhando em casa para o presencial a partir de janeiro. Também percebemos um afrouxamento nos protocolos. Outra preocupação é com a ampliação do horário nas agências”, disse a presidente Contraf-CUT, Juvandia Moreira, ao abrir a reunião com a Fenaban.

Inicialmente, os representantes da Fenaban disseram que a orientação para suspender o retorno de quem estivesse em teletrabalho fosse feita até o final do ano. “Me preocupa que estamos em novembro e não creio que essa situação melhore no final do

COVID-19 ALERTA DE SEGUNDA ONDA

Brasil, 21 de novembro

- **Total de mortes:** 169.016
- **Registro de mortes em 24 horas:** 354
- **Média de novas mortes nos últimos 7 dias:** 478 por dia (variação em 14 dias: +47%)
- **Total de casos confirmados:** 6.052.143
- **Registro de casos confirmados em 24 horas:** 34.538
- **Média de novos casos nos últimos 7 dias:** 29.149 por dia (variação em 14 dias: +76%)

ano. O aumento do contágio não se encerra em dezembro, portanto precisamos discutir um prazo maior. Tem que planejar ações também para 2021. Senão, quando a situação se agravar, nas próximas semanas, teremos que fazer reuniões emergenciais no Natal”, alertou Juvandia.

A Fenaban pediu mais alguns dias para estudar a extensão para 2021 de novas medidas para enfrentar o aumento do contágio. Além de um prazo maior, o Comando Nacional reforçou a questão de alguns bancos reverterem a volta desses últimos três meses de vários trabalhadores aos locais de trabalho.

A inclusão da categoria bancária

entre as categorias prioritárias para receber a vacina contra a Covid 19 também foi discutida. “Vamos defender para que se dê prioridade na vacinação para os bancários, na lista do Ministério da Saúde. Afinal, também somos um setor de atendimento essencial”, defendeu a presidenta da Contraf-CUT.

Um dos pontos cobrados foi o uso dos equipamentos de proteção. O Comando deve organizar uma forte campanha de conscientização para os cuidados, principalmente o uso de máscaras. A pandemia não acabou. É grave o problema e todos têm que se cuidar. A Fenaban se comprometeu a intensificar as campanhas.



CEE/CAIXA REIVINDICA SUSPENSÃO DO NORMATIVO CR 444 000

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa) é veementemente contra o normativo CR 444 000, publicado em outubro pelo banco, como Programa de Incentivo às Práticas de Vendas Qualificadas (PQV). A principal discordância com o texto está nas condutas que passarão a ser monitoradas e passíveis de punição, como o mau humor, uso de celular, alimentar-se durante o atendimento e apontar o dedo.

“O programa não só traz ainda mais trabalho aos gestores, que terão de fiscalizar os empregados, como também é um instrumento claro de assédio moral e exposição, com a possibilidade de punição subjetiva por baixo desempenho”, avaliou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da CEE/ Caixa.

O PQV cria o conceito de “falha comportamental”, que pode ser apontada e corrigida por procedimento correcional ou instauração de processo administrativo, o que é bastante preocupante. Além disso, não deixa claro quais seriam essas ações para correção.

“As condutas indicadas como ‘falhas comportamentais’ são bastante peculiares e o seu julgamento comple-



CEE/Caixa reivindica
suspensão do normativo

tamente subjetivo. Como é possível que o empregado se mantenha de bom humor o tempo todo? Ou deixe de atender o celular ou responder uma mensagem, quando os próprios gestores enviam informações durante a jornada de trabalho? Inclusive, muitos colegas utilizam o próprio celular para agilizar o atendimento do cliente, até porque nem todas as ferramentas da própria Caixa são ágeis ou ficam disponíveis, como deveria ser o padrão. É surreal um normativo como esse para não dizer desnecessário”, completou Fabiana.

MESA PERMANENTE – A primeira reunião da mesa permanente de ne-

gociações entre a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e a direção do banco depois da Campanha Nacional 2020 será realizada na primeira semana de dezembro. Para o primeiro encontro, os principais pontos da pauta são teletrabalho e banco de horas. “ Fizemos um excelente acordo na Campanha, diante do cenário atual, com a manutenção de todos nossos direitos garantidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Porém, algumas questões ainda estão pendentes e tantas outras surgem no cotidiano. Por isso o retorno deste espaço é tão importante. Ele foi criado para debater as demandas específicas dos empregados do dia a dia”, explicou Fabiana.



COE COBRA E ITAÚ EXPLICA ACORDO DE TELETRABALHO E QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO REGISTRO DE PONTO

Depois de cobrança da COE Itaú, a direção do banco fez uma nova apresentação das propostas para um acordo sobre teletrabalho, ponto eletrônico e acordo de quitação do espelho do ponto. O acordo deve regular o teletrabalho para entorno de 35 mil a 38 mil funcionários. Porém, ainda não foi apreciado por todos os trabalhadores, devido a dúvidas geradas na apresentação realizada em 28 de outubro para a COE. Além dos membros da COE, participaram do encontro os presidentes dos sindicatos e das federações de todo o Brasil.

A reunião começou com o tema que tem gerado mais dúvidas: o controle da jornada de trabalho com ponto eletrônico. O Itaú explicou como será feito todo o processo, que deve abranger cerca de 57 mil funcionários.

O projeto piloto está sendo testado desde 2019, com mil bancários, inicialmente da área de tecnologia e algumas agências de São Paulo, e se expandiu para outras áreas.

Além do controle mensal do registro de ponto diário, os funcionários poderão acessar um termo de quitação de suas horas semestralmente e terão a possibilidade de concordarem ou não. Caso não haja concordância o funcionário deve procurar os sindicatos e abrir um chamado na Central de Pessoas. Os sindicatos acompanharão todo o processo para garantir que não haja irregularidades. Importante ressaltar que a quitação é opcional e se refere somente à jornada trabalhada, não impedindo nenhuma outra reclamação trabalhista. O banco também informou que as entidades se comu-

nicarão com os funcionários através do e-mail corporativo da empresa.

HOME OFFICE – O banco reafirmou também que irá pagar uma ajuda de custo de R\$ 80,00 por mês. O pagamento será feito em duas parcelas semestrais de R\$ 480,00 cada. O Itaú garantiu ainda que irá respeitar os intervalos para refeição e os períodos de descanso. Serão mantidos, integralmente, os vales refeição e alimentação. O vale transporte vai ser pago proporcionalmente, para os dias em que o funcionário fizer o trabalho presencial, no local de trabalho. O banco vai fornecer o computador para o trabalho em home office, além do que batizou de Kit conforto, que compõe teclado, mouse e cadeira ergométrica.

ENTIDADES BUSCAM 50 MIL ASSINATURAS EM FAVOR DO PDC 956, QUE SUSTA OS EFEITOS DA CGPAR 23

Se você ainda não assinou o abaixo-assinado pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/18), da deputada Erika Kokay (PT-DF), que susta os efeitos da CGPAR 23, ainda dá tempo. Para assinar a petição online acesse <https://bit.ly/3nwsXmc>. Segundo os organizadores da mobilização, a intenção é atingir 50 mil assinaturas para o documento que será encaminhado aos deputados federais. Divulgue em suas redes e fortaleça a luta contra o desmonte dos planos de saúde de autogestão.

A iniciativa visa pressionar o presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), a pautar a votação dessa matéria. O PDC de Erika Kokay já venceu importantes etapas. Foi aprovado em duas das mais importantes comissões temáticas da Casa Legislativa: Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Falta, agora, ser votado em plenário para concluir o seu ciclo de tramitação.

O PDC 956/18 propõe a sustação dos efeitos da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração da Participações Societárias da União (CGPAR) por considerá-la inconstitucional e ferir diversos dispositivos le-

gais nas esferas da saúde complementar e trabalhista.

A resolução impõe sérias restrições à destinação de recursos das empresas com a assistência à saúde dos empregados e que algumas empresas já começam a implantar, transferindo, em pouco tempo, todos os custos de tratamentos de saúde aos titulares.

O objetivo desse dispositivo é abrir para as operadoras privadas um novo nicho de mercado, representado pelos milhares de empregados e seus dependentes, como forma de reequilibrar as finanças das empresas que exploram comercialmente os serviços de saúde coletiva, visando a obtenção do lucro.

Caso esse modelo seja adotado, a Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar e Autogestão em Saúde (Anapar) alerta que nem todos os atuais participantes terão condições de migrar para planos de saúde privados.

O abaixo-assinado é fruto da articulação de entidades representativas de participantes de planos de autogestão, entre elas a Anapar, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), e Federação Única dos Petroleiros (FUP).



ELEIÇÕES PARA CONSELHOS DELIBERATIVO/FISCAL E OUVIDORIA DA CAMED ACONTECEM ATÉ 4/12

Até o próximo dia 4 de dezembro, os associados da Camed – caixa de assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – poderão votar para escolher novos membros para os cargos de Ouvidor e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Duas chapas disputam o pleito dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. O Sindicato dos Bancários do Ceará indica o voto na Chapa 2 – Camed: Sustentável e Transparente que tem como candidatos os companheiros Ângela Tabosa / Maurício de Sousa (para o Conselho Deliberativo) e Adons de Oliveira / Daniel Martins (Conselho Fiscal). A Chapa 2 também mescla experiência e renovação, além de disposição de luta em defesa dos interesses dos funcionários do BNB e dos associados da Camed.

Ângela Tabosa, candidata a titular do Conselho Deliberativo, tem 31 anos de banco e atualmente integra a secretaria do Codin (Comitê de Despesas e Investimentos) da Superintendência de Logística. Entende a importância da Camed pois já enfrentou um sério problema de saúde e afirma que a Camed foi muito importante na sua recuperação e cura.

Ela destaca que uma das principais propostas da Chapa 2 é tentar amenizar os aumentos significativos da contribuição dos associados. “Nós temos uma grande fonte de receitas que hoje não é explorada. Aumentando a atuação da Camed Corretora, poderemos desonerar os associados desses reajustes”. Outra proposta da Chapa 2 é aumentar a capilaridade do atendimento da Camed nas capitais e interior, assim como buscar a instalação de novas unidades da ClinicCamed e de aprimorar o relacionamento direto com o associado.

Adons de Oliveira é candidato a titular do Conselho Fiscal e é fun-



cionário do BNB há 18 anos. Já foi conselheiro deliberativo da Camed por 6 anos e tem histórico de luta em defesa dos funcionários do Banco, pois já foi diretor do Sindicato e da AFBNB. “Pretendemos lutar para atuar de forma que a Camed seja sustentável. Vamos lutar também pela manutenção do BNB como mantenedor da Camed. Essa é uma determinação da CGPAR 23 e lutaremos para que esses efeitos sejam, definitivamente, suspensos”.

O candidato a suplente do Conselho Deliberativo da Chapa 2, Maurício de Sousa, tem 13 anos de Banco e explica que um fator que o motivou muito a participar da Chapa 2 foi o fato de que este ano a Camed foi fundamental para a sua vida. “Contraí a Covid-19 e passei quase um mês internado lutando pela vida e a Camed foi fundamental para que eu tivesse essa vitória. O meu sentimento pela Camed é de gratidão e pretendo lutar para que ela seja sempre movida por uma gestão sustentável e transparente, para que ela permaneça forte sem onerar ainda

mais os associados e é por isso que pedimos o apoio de todos os colegas para que nos deem essa oportunidade de representa-los junto ao Conselho da Camed”.

OUVIDORIA – Para a Ouvidoria, duas candidatas concorrem ao cargo: a funcionária aposentada do BNB, Luiza Barbosa, que é formada em Pedagogia pela UVA, com especialização no curso de MBA em Gestão de Pessoas pela FGV-MARPE. A outra candidata é Maria José (Mazé) Augusto Chaves, também funcionária aposentada do BNB. Mazé possui graduação em Administração de Empresas pela UECE, Especialização em Marketing pela Unifor e Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC.

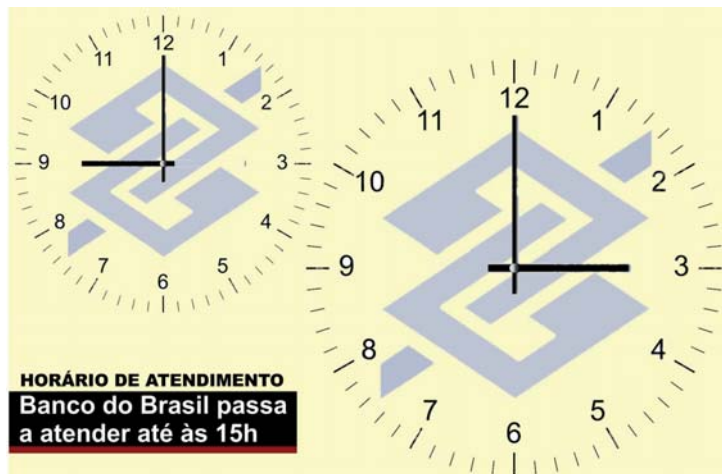
VOTAÇÃO – A votação acontece através do portal da Camed (www.camed.com.br). É simples, bem rápida, e pedimos que os associados dediquem esse tempinho para votar porque é muito importante para a manutenção da nossa Camed.

BANCO DO BRASIL: BANCÁRIOS COBRAM POSIÇÃO SOBRE AMPLIAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS AGÊNCIAS

No início de novembro, o Banco do Brasil se juntou ao Itaú e ao Santander e passou a ampliar o horário de atendimento das agências até às 15h. O banco enviou um comunicado às unidades que realizam atendimento presencial aos clientes (agências e postos de atendimento – PAAs) informando a ampliação do horário, desde 3/11.

Cobrada pelo Sindicato sobre a ampliação do horário de atendimento das agências em meio à pandemia do coronavírus, a Fenaban respondeu que está acatando deliberação da Febraban. Em março, por causa da pandemia e a pedido do movimento sindical, os bancos tinham reduzido o horário para até as 14h. Antes o atendimento ocorria até as 16h.

A redução do horário de atendimento tinha a função de diminuir a lotação dos transportes públicos nos horários de pico e a exposição dos funcionários ao risco de contágio. Com um novo aumento dos casos de Covid-19, o movimento sindical acredita que haveria a necessidade de manter a redução do horário por mais algum tempo. Além



disso, a ampliação do horário de atendimento pode aumentar, ainda mais, a sobrecarga sobre os funcionários que estão na linha de frente.

Os dirigentes também criticam a falta de comunicação prévia ao movimento sindical, pois há um comitê que debate as questões relacionadas à Covid-19. O movimento sindical também enfatiza que o BB omitiu que a decisão da Febraban foi de que os bancos teriam a opção de aumentar ou não o horário de atendimento.

QUEM É ATINGIDO – O BB informou em seu comunicado que as agências e PAAs ficarão abertas ao público das 9h

às 15h (horário de Brasília – DF), sendo das 9h às 10h para atendimento exclusivo para idosos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência e pagamento de benefícios do INSS. Nas agências do Distrito Federal o atendimento será das 11h às 16h (horário de Brasília – DF). Os novos horários não se aplicam aos “Escritórios de Negócios” do BB, uma vez que estes não realizam atendimento presencial. Também não afetam as unidades localizadas em

shoppings, órgãos públicos, aeroportos ou universidades, que deverão obedecer ao horário do estabelecimento, com o atendimento mínimo de cinco horas.

O Santander foi o primeiro a ampliar o atendimento. Desde 27 de julho, o atendimento no banco espanhol em algumas agências passou a ser das 9h às 10h, para grupos de risco à covid-19, e das 10h às 15h para o público em geral. Em reunião com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú, em 28 de outubro, o banco informou que por causa de ações do Ministério Público, as agências que fazem atendimento até as 14h vão estender o horário até as 15h.

Salário mínimo de R\$ 1.088

O valor do salário mínimo, em 2021, deverá ser de R\$ 1.088,00 levando em conta o reajuste apenas pela inflação, projetada em 4,1% para este ano. Ainda assim, os R\$ 1.088,00 são infinitamente menores do que o valor necessário para o sustento de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), se levarmos em consideração o preço da cesta básica em São Paulo de R\$ 595,87. Para o Dieese o salário mínimo ideal é de R\$ 5.005,91. Um dos primeiros atos de Bolsonaro ao assumir a presidência da República foi acabar com a Política de Valorização do Salário Mínimo, uma conquista da CUT e dos trabalhadores, durante o governo do ex-presidente Lula.

Monitoramento

O Palácio do Planalto monitorou com dinheiro público as redes sociais de parlamentares de oposição e governistas e de jornalistas, com o objetivo de municiar diferentes órgãos do governo sobre o comportamento digital de deputados, senadores e da imprensa. O monitoramento dos parlamentares é diário. Intitulado Parlamentares em foco, o relatório, enviado para Luiz Eduardo Ramos, Fabio Wajngarten e algumas poucas outras autoridades do Planalto, é dividido em eixos como debates dos usuários e publicação dos parlamentares. Em 13/3, o monitoramento anotou, por exemplo, as críticas de Alexandre Frota a Bolsonaro por minimizar a Covid. Dias antes, em 9/3, destacou as postagens do petista Paulo Pimenta, com críticas a Bolsonaro e Moro. No dia 10/3, o ponto foram as postagens de Kim Kataguirí, sobre uma reunião com Damares Alves e críticas ao MST.

13º salário integral

Os trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida e, consequentemente, tiveram redução de salário devem receber o 13º salário e as férias com base na remuneração integral. Já os trabalhadores que tiveram o contrato de trabalho suspenso devem receber proporcionalmente aos meses que efetivamente trabalharam.